

O APROVEITAMENTO DA MANCHA URBANA DO RIO DE JANEIRO – O CASO DA ÁREA DE PLANEJAMENTO AP-3

Rafael Fernandes dos Santos¹

RESUMO

A dispersão da mancha urbana das cidades provoca alto custo para toda a população, com a necessidade de investimentos em saneamento, transportes e equipamentos urbanos, além do problema da poluição e do desmatamento causados por essa expansão. Em casos como o da cidade do Rio de Janeiro, a mancha urbana ocupa praticamente todo o território municipal e se desenvolve em áreas ainda desprovidas de infraestrutura que suporte novos empreendimentos, enquanto outras, melhor estruturadas, ficam estigmatizadas por conceitos urbanos preconceituosos e desprestigiadas pela sociedade - os chamados subúrbios. Formam-se, com isso, vazios urbanos em áreas próximas ao centro, que poderiam ser melhor aproveitadas em prol de um território mais compacto e poupador de recursos públicos. O atual Plano Diretor Ambiental da cidade estabeleceu como zonas de incentivo áreas antes relegadas, situadas em quase toda a Zona Norte e parte da Zona Oeste, como um ponto de partida para reversão do atual quadro de crescimento urbano desordenado.

Palavras-chave: Aproveitamento. Mancha Urbana. Expansão.

¹ Mestrando, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, Curso de Mestrado Profissional em Engenharia Urbana e Ambiental, fersan81@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro tem tido um modelo de expansão fragmentado, onde muitas das novas regiões ocupadas não têm infraestrutura de transporte e saneamento, e áreas antigas, estruturadas, tendem a ser desprestigiadas e estigmatizadas como locais de baixo valor econômico e social. O efeito disso sobre a cidade é catastrófico, afetando a rotina da população como um todo e dificultando o controle do território pelo poder público.

Enquanto houve espaço para crescer, a cidade foi expandido. Muitos bairros nasceram, se desenvolveram e degradaram, enquanto novos espaços foram sendo criados e incentivados. Surgiu a Barra da Tijuca, o maior exemplo de como o Rio se expandiu para atender a anseios de um determinado grupo social em busca de um ambiente diferenciado e seguro. Condomínios de classe média alta foram erguidos e atraíram pessoas de toda a cidade mas, em paralelo, seu esgoto era jogado nas lagoas do bairro.

Enquanto um Rio novo crescia, grande parte da cidade se deteriorava, especialmente no Centro e na Zona Norte. Na região central, a ideia de transferência do centro para a Barra da Tijuca ganhava força, com grandes empresas se mudando para aquele novo bairro. Prédios mais modernos, grandes espaços e estacionamento eram os principais diferenciais entre as duas regiões. No aspecto residencial, o interesse pelo centro era praticamente nulo. Na Zona Norte (região da Tijuca e adjacências), com o aumento da favelização e violência, os tradicionais bairros passaram a não mais ser o foco da classe média carioca, com investimentos imobiliários estagnados e fazendo com que a região passasse por um processo de esquecimento de sua tradicional relevância na cidade, com nova imagem associada à violência e criminalidade.

Nas áreas da Zona Norte consideradas suburbanas, a situação era ainda pior. As antigas indústrias se deslocaram para outras cidades em função da violência cotidiana daqueles bairros, com destaque para Benfica, Bonsucesso, Ramos e Penha, sofrendo uma enorme reversão da qualidade de vida ao longo das últimas décadas. Associado aos problemas urbanos, o preconceito em se ocupar essas áreas não permitiu que um grande espaço da cidade, bem estruturado e geograficamente localizado, tivesse seu território melhor explorado e incentivado e, de certa forma, protegido pelo poder público.

Mas estes aspectos não eram vistos como problema, mas antes solução, pois no Rio ainda havia muitas áreas para crescer e receber novos moradores, não sendo interessante recuperar e incentivar a ocupação daquelas regiões que já possuíam infraestrutura para acolher novos empreendimentos. Esse pensamento de rejeição das áreas antigas e interesse pelas novas durou aproximadamente três décadas e, em consequência do descaso, testemunhamos surgir uma cidade antiga desvalorizada e uma cidade nova próspera, com um Rio descentralizado e cheio de vazios urbanos, dependente cada vez mais de transportes, saneamento e abertura de novas vias, com custos para toda a população.

2. A ÁREA DE PLANEJAMENTO AP-3

Analisando a mancha urbana do Rio, podemos ver o quanto é grande o desperdício de áreas já urbanizadas, onde existe um espaço urbano estruturado, com sistema de transporte e saneamento estabelecido, porém subutilizado e praticamente desprovido de grandes lançamentos imobiliários. Já em determinados locais da Zona Oeste, os investimentos são numerosos, sem que uma infraestrutura eficiente tenha sido anteriormente implantada para recebê-los.

Atualmente denominada Área de Planejamento AP-3, uma enorme e desprestigiada região da Zona Norte está em uma localização estratégica, porém é estigmatizada com conceitos preconceituosos de classe, tratada como subúrbio, ainda que a aplicação dessa denominação acabe sendo contraditória, porque no Rio de Janeiro este conceito está mais associado a uma etimologia

do que a um fato urbano propriamente dito. São bairros urbanizados e próximos ao Centro, mas que parecem carregar uma carga urbana negativa, provocada muitas vezes pelos chamados formadores de opinião.

A elite do Rio de Janeiro sempre quis se manter distante física e socialmente de negros e pobres; assim, a cidade se desenvolveu tratando distintamente os moradores dos bairros de alto e de baixo status. A elite procurou manter excluídas de seus espaços as pessoas indesejáveis, estigmatizando-as por intermédio de suas cabeças pensantes, os formadores de opinião (jornalistas e escritores, entre outros). Esses profissionais foram pródigos na produção e reprodução de estereótipos negativos para representar o subúrbio carioca e seus moradores em jornais, livros, etc. (SOUZA, 2010, p. 225)

A AP-3 precisava ter tido uma atenção diferenciada ao longo das últimas décadas, pois é a porta de entrada da cidade, com localização estratégica para qualquer outro ponto do município, do estado, do país e do exterior (o aeroporto internacional está nela localizado). Trata-se da área mais populosa do município e precisa ser tratada como integrante do mesmo, como opção de novos investimentos, independentemente de títulos a ela atribuídos. Com seu devido aproveitamento, teríamos a diminuição do processo de expansão da mancha urbana em direção à Zona Oeste, proporcionando ao Rio um desenvolvimento urbano eficiente, integrador e poupador de recursos públicos, resultando em um território menos disperso e mais igualitário. A falta de investimentos trouxe, além do abandono generalizado, consequências nefastas não apenas para os 38% da população carioca que lá vive, mas também para toda a cidade, que arca com as despesas globais do município.

A Figura 1 mostra a mancha urbana do Rio ocupando a quase totalidade do território municipal enquanto a Figura 2 ilustra a subdivisão da cidade em áreas de planejamento, conforme estabelecido pelo Plano Diretor de 1992.



Figura 1 - Foto aérea da cidade do Rio de Janeiro (Fonte: Google)

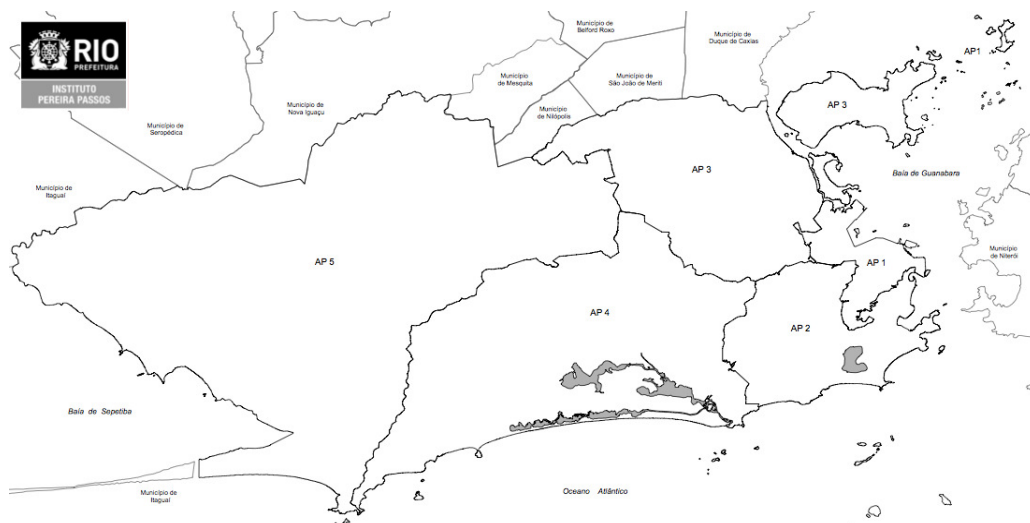


Figura 2 - Mapa de subdivisão do território da cidade do Rio de Janeiro em áreas de planejamento (Fonte: Portal GeoRio)

2.1. Evolução populacional

A população carioca cresceu entre 2000 e 2010 de 5.857.904 para 6.320.446 habitantes, com densidade populacional que passou de 4.880 para 5.265 hab/km². Analisando da Tabela 1 as cinco áreas de planejamento da cidade, verifica-se que houve um crescimento populacional em todas as APs na década passada, porém a representatividade relativa de cada uma delas se redistribuiu. A AP-3, que concentra a maior parte da população carioca, caiu de 40,20% para 37,96% , enquanto as AP-4 da Zona Oeste registrou um incremento considerável no período.

Área de Planejamento	Parcela relativa da população em 2000	Parcela relativa da população em 2010	Varição percentual de 2000 a 2010
1	4,6	4,71	2,39
2	17,0	15,97	-0,94
3	40,2	37,96	-0,94
4	11,6	14,39	24,05
5	26,60	26,97	1,39

Tabela 1 - Parcela relativa da população carioca nas áreas de planejamento nos anos 2000 e 2010 (Fonte: IBGE)

A AP-4 é região que mais recebeu investimentos e incentivos à ocupação, com apenas 14,39% da população lá residente, ainda carente de um eficiente sistema de esgotamento sanitário, de transportes, calçamento de ruas e pavimentação. Ainda assim, assistimos ao seu crescimento de forma assustadora, gerando um colapso não apenas dentro dos limites da AP-4, mas também com reflexos no trânsito por toda a cidade. Em contrapartida, a AP-3, com quase 38% de toda a população municipal, vem perdendo essa representatividade, em função da falta de políticas que incentivem a atração de novos moradores e a fixação dos atuais.

A Tabela 2 mostra a evolução entre 2000 e 2010 do percentual de moradores em cada área de planejamento em relação à população total da cidade. Pode-se observar o quanto foi desigual essa evolução, ficando a AP-3 praticamente estagnada, com a AP-2 apresentando um avanço ainda menor. Porém esta última área de planejamento (AP-2) abrange tanto uma região nobre da cidade (Zona Sul), verticalizada e adensada, não comportando mais a absorção de novos empreendimentos e moradores, quanto parte da Zona Norte, com problemas urbanos graves, como favelização e violência, provocando a evasão de moradores e o desinteresse de potenciais agentes imobiliários, que passaram a procurar áreas menos fragilizadas para residir e investir.

Área de Planejamento	Percentual do território municipal	População em 2000	População em 2010	Densidade populacional em 2000	Densidade populacional em 2010	Varição percentual entre 2000 e 2010
1	2,8	268.280	297.976	7.801	8.664	11,07%
2	8,2	997.478	1.009.170	9.932	10.048	1,17%
3	16,6	2.353.590	2.399.159	11.567	11.791	1,94%
4	24,0	682.051	909.368	2.322	3.095	33,33%
5	48,4	1.556.505	1.704.773	2.627	2.877	9,53%
Rio de Janeiro	100	5.857.904	6.320.446	4.880	5.265	7,90%

Tabela 2 - Variação percentual da população carioca e da densidade populacional por área de planejamento (Fonte: IBGE)

O caso do crescimento populacional da AP-1 se deve aos incentivos residenciais que a região tem tido, principalmente na área dos bairros da Lapa e São Cristóvão, além de ser uma das áreas do município que mais tem recebido investimentos públicos atualmente em função das Olimpíadas, em especial na região portuária. Essa ocupação da AP1 também favorece o aproveitamento da mancha urbana da cidade, com adensamento e revitalização da área central da cidade, também degradada. A tendência é que haja um aumento no número de moradores na AP-1 nos próximos anos.

O caso do crescimento populacional da AP-5 é muito interessante pois, se compararmos com a AP-3, constata-se que é uma região com problemas urbanísticos similares, somados à enorme distância desses bairros aos locais que mais concentram as atividades econômicas da cidade, situadas nas áreas de planejamento AP-1 e AP-2, causando um tempo de deslocamento pendular extremamente alto nos horários de pico, provocado por engarrafamentos e a falta de um sistema eficiente de transporte público de massa. A AP-3, ao contrário, é adjacente aos grandes centros mas, mesmo assim, teve um decréscimo de representatividade de sua população no contexto da cidade. É uma situação curiosa, como se o crescimento da cidade tivesse saltado a AP-3 para cair na AP-5.

2.3. Evolução urbana

Segundo dados do Instituto Pereira Passos, da Prefeitura do Rio de Janeiro, entre 2004 e 2009, as áreas de planejamento AP-4 e AP-5 foram as que mais se urbanizaram, com representatividade sobre a área urbanizada total de 24,3 e 70,7%, respectivamente (Figuras 3 e 4). Obviamente, existe um processo natural de crescimento das cidades, em que áreas ainda pouco exploradas podem ser alternativas mais baratas ou até mesmo uma nova opção de moradia com um estilo mais moderno e organizado, mas o problema é que o Rio cresce deixando áreas melhores obsoletas, que poderiam ser melhor aproveitadas, recebendo novos empreendimentos.

Analisando os dados das Figuras 3 e 4, percebe-se que as AP-4 e AP-5 receberam grandes acréscimos de áreas urbanizadas em um período de 5 anos, numa área equivalente a 3.055,3 hectares, correspondendo a 95% de toda área urbanizada nova do município. É claro que quando se fala em acréscimo de áreas urbanizadas temos que lembrar que as demais regiões do município, (APs 1, 2 e 3) são mais densamente ocupadas e, portanto, com poucas áreas novas a serem urbanizadas. Mas o fato importante é que a mancha urbana tem se expandido consideravelmente na Zona Oeste, com investimentos praticamente estagnados na AP-3 no mesmo período (2004 a 2009). Uma coisa é o crescimento natural da cidade, a necessidade física de novos espaços em função da saturação de outros, outra completamente diferente é esse crescimento vir acompanhado do abandono de áreas já existentes.

Uma cidade como o Rio de Janeiro, ainda carente de transportes de massa eficientes, deveria ser mais compacta e seus moradores atendidos por serviços de qualidade em distâncias curtas, eliminando a dependência em longos e demorados deslocamentos que demandem a utilização de veículos particulares ou públicos. As consequências dessa expansão urbana é o que sentimos hoje, como os constantes engarrafamentos de tráfego, o alto custo na implantação de sistemas de transporte para atender a novas áreas, necessidade de infraestrutura de saneamento básico, calçamento, pavimentação e iluminação, etc.

A grande questão é que, se existe uma região em sua grande parte ainda horizontal e já dotada de infraestrutura, como o caso da AP-3, investir no seu desenvolvimento e atrair novos moradores seria uma forma de poupar recursos públicos e aproveitar a já atual mancha urbana da cidade, contribuindo para um verdadeiro desenvolvimento sustentável. O fato é que a cidade não comporta mais um crescimento desordenado e os espaços para construção nas áreas nobres estão cada vez mais raros. Considerar a AP-3 como vetor de crescimento do Rio é uma forma econômica de se alcançar um desenvolvimento urbano eficiente e integrador. Essa necessidade já foi ratificada pela legislação municipal através da Lei Complementar 111/11, que determinou a concessão de incentivo para a área AP-3 e algumas regiões adjacentes (Figura 5).

A área de planejamento AP-3, por sua extensão e diversidade, demanda soluções igualmente diversificadas, mas tem como denominador comum a necessidade de estímulo à ocupação residencial formal, à urbanização, à contenção das favelas, à recuperação de áreas periféricas, que vêm assumindo características de informalidade, e à melhoria da infraestrutura e da qualidade do sistema de transportes. São muitas áreas obsoletas e subutilizadas que permitirão uma real transformação no modo de habitar a cidade.

Caso a AP-3 tivesse tido mais atenção há décadas, poderíamos ter um Rio hoje mais concentrado e mais barato de ser administrado. Poderia ter tido um freio na expansão urbana em direção à Zona Oeste e também do processo de favelização, caso parcialmente sanado com a construção de moradias populares nos diversos equipamentos abandonados e/ou terrenos vazios ao longo de toda a AP-3, especialmente na avenida Brasil. Com investimentos públicos e privados, incentivando a população a se fixar na região, o crescimento da cidade poderia ter acontecido de forma mais igualitária, sustentável, organizada.

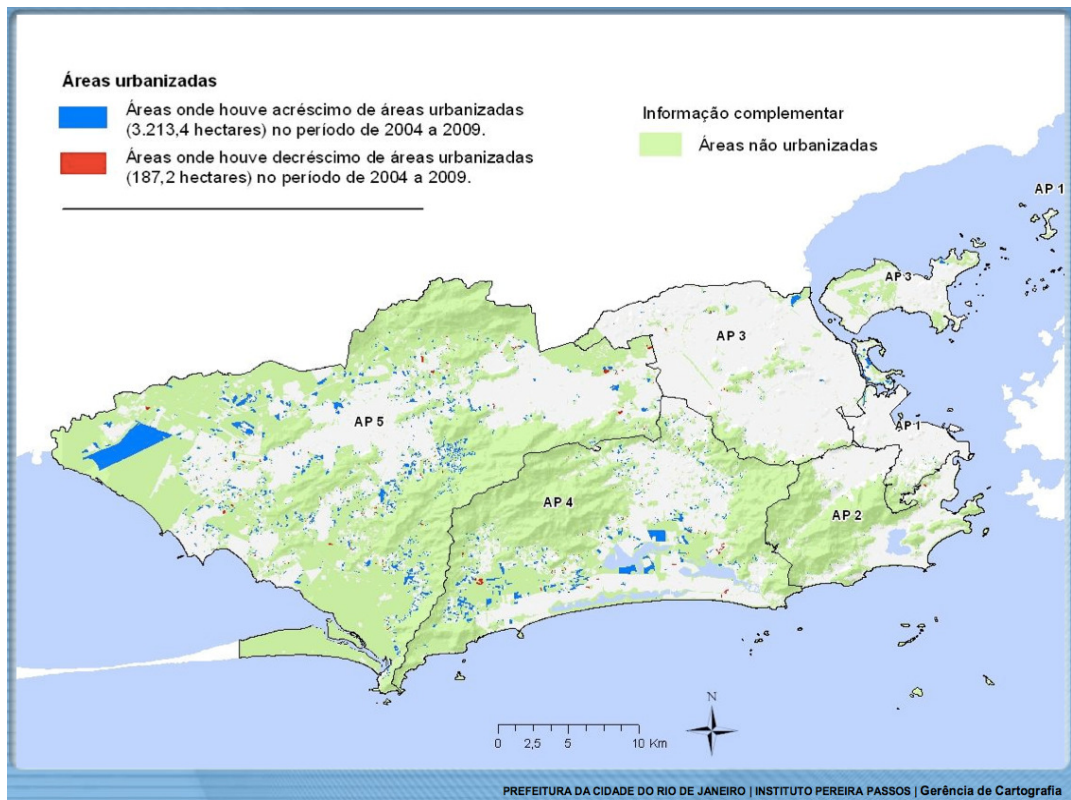


Figura 3 - Mapa da evolução de áreas urbanizadas no Rio de Janeiro de 2004 a 2009 (Fonte: IPP – Instituto Pereira Passos)

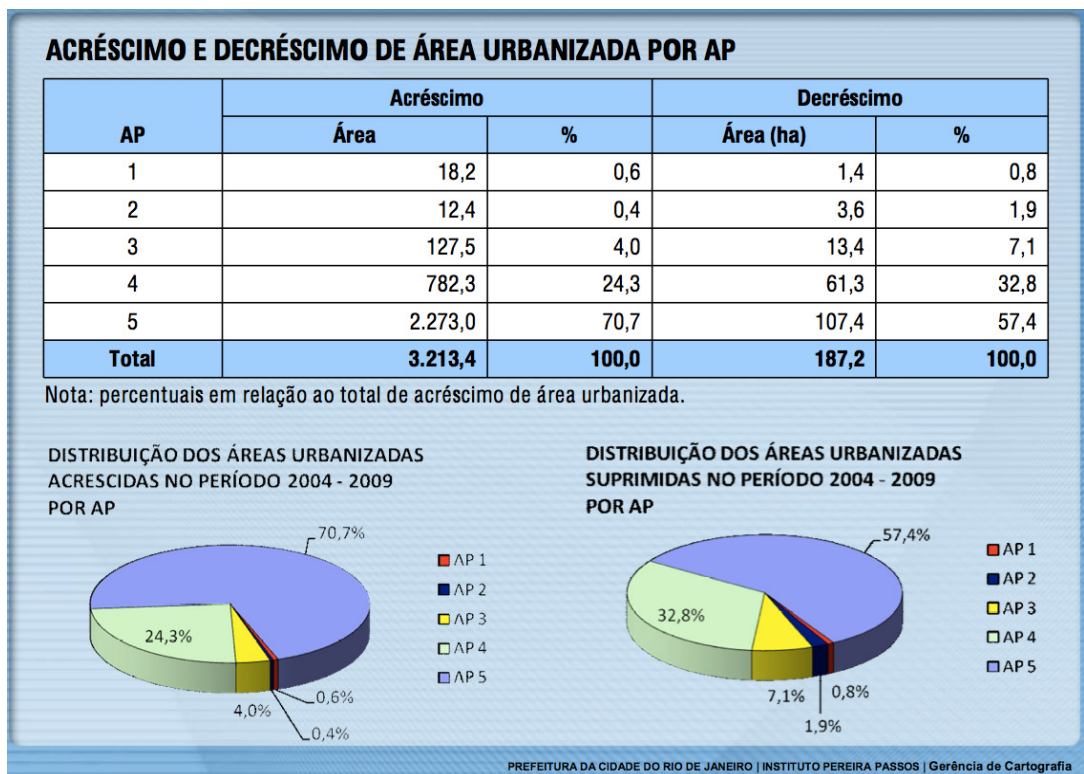


Figura 4 - Evolução de áreas urbanizadas no Rio de Janeiro entre 2004 e 2009 (Fonte: IPP - Instituto Pereira Passos)



Figura 5 - Mapa de macrozonas do Plano Diretor do Rio de Janeiro
(Fonte: Lei Complementar 111 de 2011)

3. CONCLUSÃO

Se não houver uma consciência global do território urbano, seja no Rio de Janeiro ou em qualquer outra cidade do mundo, o conceito de crescimento sustentável é sem sentido, com bairros nascendo, se desenvolvendo e degradando, desperdiçando investimentos e provocando a necessidade de novos gastos. As cidades não podem continuar com pensamentos segregatórios de classes, devendo ser devidamente ocupada e conservada, valorizando seu passado, controlando o caro processo de crescimento nas áreas ainda vazias, tornando o ambiente urbano integrado e bem administrado.

O Rio de Janeiro precisa ser repensado. A cidade é vista pelo litoral e as demais regiões estereotipadas, como se ainda existisse uma negação daquilo que não é abrangido pelas praias da cidade e arredores. Os chamados subúrbios da Zona Norte são importantíssimos do ponto de vista de integração do Rio com as demais cidades do país e necessitam de investimentos públicos e privados para consolidar seu desenvolvimento e reverter a degradação por que passaram ao longo de muitos anos.

REFERÊNCIAS

Souza, R. R. Rio, Zona Norte: um olhar sobre o subúrbio carioca. Livro: 150 anos de subúrbio carioca. Rio de Janeiro: UFF, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Instituto Pereira Passos

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Armazém de dados. Disponível em <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>

Lei Complementar 111 de 2011 - www2.rio.rj.gov.br/smu/compur/pdf/LC111_2011_PlanoDiretor.pdf;